

## **RESOLUÇÃO Nº 10/2016**

**O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, Silvio Venturi, Prefeito de Trombudo Central, nos termos do Estatuto da entidade e conforme deliberação da Assembleia Geral datada de 14 de dezembro de 2016,**

### **CONSIDERANDO:**

- a) a natureza jurídica da AMAVI, constituída sob a forma de associação civil, pessoa jurídica de direito privado, nos termos dos artigos 53 e seguintes da Lei nº 10.406/2002;
- b) a subsunção ao regime jurídico de direito privado relativamente à celebração e execução de contratos;
- c) a origem eminentemente pública das receitas arrecadadas pela entidade, oriunda especialmente das contribuições estatutárias transferidas por seus associados – os municípios, entes de direito público interno –, atraindo a aplicação dos princípios próprios à utilização de recursos públicos, em conformidade com as legislações vigentes<sup>1</sup> e a posição dos Tribunais Superiores e de Contas<sup>2</sup>;
- d) a relevância da fixação de procedimentos de *compliance*, a fim de fazer cumprir as normas legais, regulamentares, políticas e diretrizes da entidade, provendo o controle interno da instituição dos mecanismos de detecção de eventuais irregularidades;
- e) a pertinência da edição de regulamento especial a disciplinar o procedimento para celebração de contratos pela AMAVI, pautado pela impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade e eficiência dessas contratações, mantido o regime jurídico de direito privado;
- f) a aprovação de regulamento equivalente pela Confederação Nacional de Municípios - CNM (Resolução nº 003/2015) e pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM (Resolução nº 04/2016);
- g) a deliberação do Colegiado de Secretários Executivos das Associações de Municípios de Santa Catarina no sentido de apresentar aos seus respectivos órgãos deliberativos o presente regramento, elaborado pela FECAM e amplamente avaliado e discutido no âmbito do referido colegiado.

1 Art. 11 do Decreto federal 6.170/09 e art. 50 do Decreto estadual 127/2011.

2 STF: ADI 1864/PR, AR na ACO 1954/ES; STJ: RE 1.461.377/RJ; TCE/SC - Prejulgados 432 e 1241; TCU - Acórdãos 1192/2010, 3239/2013, 117/1997.

## RESOLVE:

**Art. 1º** Fica instituído o Regulamento de Compras e Contratações da AMAVI, nos termos do Anexo I desta Resolução, a reger os procedimentos de contratação de bens e serviços necessários ao exercício de suas funções estatutárias.

**Art. 2º** O Regulamento de Compras e Contratações da AMAVI tem por premissa as normas jurídicas de direito privado, sem prejuízo do respeito aos princípios atinentes à utilização de recursos públicos, notadamente os da impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade e eficiência.

**Art. 3º** Revoga-se a Resolução nº 04 de 06 de maio de 2016.

**Art. 4º** A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Silvio Venturi

Presidente da AMAVI

Versão consolidada com alterações decorrentes das Resoluções:

- 013/2020;
- 015/2021;
- 003/2023;
- 001/2024.

## ANEXO I

### Regulamento de Compras e Contratações da AMAVI

**Art. 1º** A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI observará as normas jurídicas de direito privado e os princípios da impessoalidade, transparência, moralidade, publicidade e economicidade na celebração de seus contratos para aquisição de bens, contratação de serviços e alienações.

**Parágrafo único.** Para fins de atendimento aos princípios estabelecidos no *caput* desse artigo, deverão ser observados:

I - Formalização dos processos de contratação, em meio físico ou digital, numerados sequencialmente, contendo documentos instrutórios relativos às fases de planejamento da contratação, de escolha do contrato e da respectiva execução;

II - Justificativas expressas acerca da necessidade ou pertinência das contratações;

III - Disponibilização de cópia dos processos de contratação a quaisquer interessados, mediante requerimento e após recolhimento de eventuais custos de reprodução;

IV - Seleção do contratado por meio de julgamento objetivo, nos termos dos requisitos estabelecidos nas definições prévias à contratação;

V - Dever de probidade, caracterizado pela correção da conduta de seus agentes e pela exigência do mesmo comportamento àqueles que contratam com a entidade;

VI - Divulgação de avisos de contratação no sítio oficial da entidade, bem como publicação dos extratos de contratos e suas alterações;

VII - Definição precisa, suficiente e clara do escopo contratual, priorizando-se a busca da maior vantagem para a contratante, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância; e

VIII - Padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas.

**Art. 2º** Para os fins deste Regulamento considera-se:

I - Obra e Serviço de Engenharia: toda construção, reforma, recuperação, ampliação e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia, arquitetura ou urbanismo;

II - Demais Serviços: aqueles não compreendidos no inciso I deste artigo;

III - Compra: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV - Homologação: o ato pelo qual o responsável previsto no artigo 12 deste Regulamento, após verificar a regularidade do procedimento de contratação, ratifica o resultado da seleção.

**Art. 3º** São procedimentos auxiliares das contratações regidas por este Regulamento:

I - pré-qualificação ou cadastro permanente de bens e fornecedores;

II - sistema de registro de preços;

III - credenciamento.

**§ 1º** Considera-se pré-qualificação ou cadastro permanente o procedimento anterior à contratação destinado a identificar bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade da contratante ou cadastrar fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bens ou a execução de serviços, no qual será anotado o histórico de contratações celebradas pelo cadastrado e o respectivo resultado da contratação.

**§ 2º** Considera-se registro de preços o procedimento prévio a futuras contratações, efetivado mediante Seleção Ampla e classificação de fornecedores aptos a serem contratados, sendo facultada à AMAVI a celebração dos contratos que dele poderão advir, sem que isso represente qualquer direito subjetivo ao fornecedor registrado.

**§ 3º** Considera-se credenciamento o processo de chamamento, efetivado mediante Seleção Ampla, visando a convocação de interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se para executar o objeto quando convocados.

**Art. 4º** Os procedimentos auxiliares previstos neste Regulamento serão abertos por meio de edital próprio, amplamente divulgado, e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados, podendo ser revistos ou cancelados a qualquer tempo.

**Art. 5º** As aquisições ou alienação de bens e as contratações de obras e serviços dar-se-ão mediante Seleção Ampla, Seleção Restrita, Seleção Simplificada, Compra Direta, Dispensa de Seleção e Inexigibilidade de Seleção.

**Art. 6º** Ficam definidos, na forma deste artigo, as hipóteses e os procedimentos de Seleção Ampla, Seleção Restrita, Seleção Simplificada e Compra Direta.

**§ 1º** Será realizada Seleção Ampla nos casos que não caracterizarem Seleção Restrita, Seleção Simplificada, Compra Direta, Dispensa de Seleção ou Inexigibilidade de Seleção.

**§ 2º** Realizar-se-á Seleção Restrita para as contratações nos valores abaixo discriminados, realizadas no mesmo exercício fiscal:

I - As contratações de obras e serviços de engenharia até o valor de R\$ 219.720,00 (duzentos e dezenove mil e setecentos e vinte reais);

II - Aquisição de bens, mercadorias e serviços até o valor de R\$ 164.790,00 (cento e sessenta e quatro mil e setecentos e noventa reais);

III - As alienações de bens inferiores a R\$ 54.930,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos e trinta reais).

§ 3º Realizar-se-á Seleção Simplificada quando o valor da contratação não ultrapassar R\$ 16.479,00 (dezesesseis mil e quatrocentos e setenta e nove reais).

§ 4º Será realizada Compra Direta para a realização de despesas de pronto pagamento, assim consideradas aquelas de caráter extraordinário e urgente efetuadas em lugar distante da sede da AMAVI e na realização de despesas caracterizadas como necessidades eventuais e imediatas cujo valor da contratação não seja superior a R\$ 2.197,20 (dois mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos), que poderão ser realizadas por meio de contratação verbal ou no regime de adiantamento de numerário.

§ 5º O procedimento de Seleção Ampla será instruído com:

I - Requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo da contratação, sua justificativa, dispondo sobre a necessidade e a conveniência da contratação, e a estimativa de seu valor;

II - Autorização do responsável pela contratação;

III - Ato de designação da Comissão que fará a seleção;

IV - Edital de seleção;

V - Comprovante de publicações;

VI - Propostas;

VII - Documentos de habilitação;

VIII - Atas da Comissão;

IX - Pareceres;

X - Recursos eventuais;

XI - Homologação;

XII - Contrato ou Ordem de Fornecimento;

XIII - Demais documentos relativos ao processo.

§ 6º O procedimento de Seleção Restrita será instruído com:

I - Requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo da contratação, sua justificativa, dispondo sobre a necessidade e a conveniência da contratação, e a estimativa de seu valor;

II - Autorização do responsável pela contratação;

III - Comprovantes de solicitação de propostas a, preferencialmente, três ou mais interessados;

IV - Propostas de preços obtidas dos interessados consultados, admitida a obtenção de propostas mediante ofertas públicas anunciadas em meios físicos, como catálogos, panfletos, e em meios eletrônicos;

V - Homologação;

VI - Contrato ou Ordem de Fornecimento;

VII - Demais documentos relativos ao processo.

**§ 7º** O procedimento de Seleção Simplificada será instruído com os seguintes elementos:

I - Requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo da contratação, sua justificativa, dispondo sobre a necessidade e a conveniência da contratação, e a estimativa de seu valor;

II - Autorização do responsável pela contratação;

III - Propostas, preferencialmente de três ou mais interessados, podendo ser obtidas mediante e-mail ou telefone, com indicação do nome do consultado, pessoa física ou jurídica, endereço, telefone que foi feito o contato, nome do atendente e hora da ligação;

IV - Contrato ou Ordem de Fornecimento.

**§ 8º** Nas hipóteses de Compra Direta fica dispensada a formalização de processo, devendo ser anotada justificativa no verso da Nota Fiscal de fornecimento ou em documento apartado.

**§ 9º** O prazo mínimo, a contar da publicação do edital ou da solicitação de proposta, até o recebimento das propostas, será:

I - 10 (dez) dias para o procedimento de Seleção Ampla;

II - 05 (cinco) dias para o procedimento de Seleção Restrita;

III - 03 (três) dias para o procedimento de Seleção Simplificada.

**§ 10.** Os procedimentos de Seleção Ampla poderão ser executados presencialmente ou de maneira virtual, desde que assegurada a autenticidade dos documentos e atos realizados virtualmente, mediante disputa por meio de propostas escritas e sigilosas, abertas em sessão pública, podendo ser adotado o modo de disputa aberta mediante lances verbais e sucessivos entre os interessados, ou a disputa fechada, sendo declarada vencedora a proposta mais vantajosa segundo os critérios do edital.

**Art. 7º** Ficam dispensadas de processo de Seleção Ampla, Seleção Restrita e Seleção Simplificada as seguintes contratações, as quais deverão ser instruídas com as justificativas da dispensa da seleção da escolha do contratado e do preço ajustado, admitida a convalidação posterior da contratação urgente levada a efeito verbalmente:

I - nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da AMAVI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

II - quando não acudirem interessados à seleção anterior, repetir-se-á mais uma vez o procedimento, caso persista a falta de interessados, poderá contratar-se com o eventual interessado, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;

III - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da seleção anterior;

IV - na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação;

V - na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;

VI - na contratação com as demais associações representativas de municípios;

VII - na aquisição de componente ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;

VIII - na contratação de profissional ou empresa que detenha direitos sobre produtos e sistemas de informática, para a manutenção desses produtos e sistemas e para o desenvolvimento de novos produtos e soluções que utilizem a estrutura daqueles anteriormente adquiridos;

IX - na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de capacitação vinculados às atividades estatutárias da AMAVI; e

X - na contratação de serviços públicos prestados pelo Poder Público ou por terceiros em regime de delegação ou concessão, tais como contratos de fornecimento de água e energia elétrica, serviços de transporte público, serviços de telefonia, fixa ou móvel, de internet ou de outros serviços de acesso condicionado regulados pelo poder público e com preços fixados por suas normas.

**Art. 8º** Nas contratações em que restar demonstrada a inviabilidade de disputa, é inexigível a realização de procedimento de seleção, devendo a contratação ser devidamente instruída com as justificativas da inviabilidade da disputa e as razões da necessidade da contratação, da escolha do contratado e do preço ajustado.

**Parágrafo único.** São exemplos de contratação por inexigibilidade de seleção, entre outras:

I - aquisição de matérias ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo;

II - contratação de serviços com pessoa jurídica ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

III - contratação de profissional de qualquer setor artístico;

IV - permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;

V - doação de bens;

VI - contratação de patrocínios, inscrição em feiras, exposições, congressos, seminários e eventos em geral.

**Art. 9º** Os valores fixados nesta Resolução serão atualizados na abertura de cada ano civil, considerando-se a variação do INPC do ano imediatamente anterior.

**Art. 10.** O julgamento das propostas observará os critérios objetivos estabelecidos no edital de seleção, devendo ser lavrada ata circunstanciada contendo o resultado do julgamento e a ordem de classificação dos participantes do processo de seleção.

**Art. 11.** Identificada a proposta mais vantajosa, far-se-á aferição das condições de habilitação fixadas no edital, compreendendo a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e capacidade técnica.

**§ 1º** A habilitação jurídica compreende a verificação das condições formais para o exercício da atividade econômica compatível com o objeto da contratação, mediante:

I - Documento de identificação da pessoa física, se for o caso;

II - Ato constitutivo da pessoa jurídica, se for o caso, facultada a substituição pelo Cartão CNPJ; e

III - Registros, licenças ou certidões especiais para exercício da atividade econômica.

**§ 2º** A regularidade fiscal e trabalhista será aferida mediante:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede do participante, quando for o caso;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

V - certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

VI - regularidade trabalhista atestada pela Justiça do Trabalho.

**§ 3º** A capacidade técnica compreende a avaliação da aptidão do interessado para executar o futuro contrato, mediante:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - atestação da experiência anterior, operacional ou profissional, de objeto compatível com aquele que se deseja contratar;

III - comprovação de disponibilidade de bens, equipamentos ou profissionais adequados para a execução do futuro contrato; e

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

**§ 4º** Fica dispensada da apresentação de documentos de habilitação o interessado previamente cadastrado e com documentação cadastral atualizada, salvo quanto a eventuais documentos não constantes no cadastro.

**Art. 12.** A conclusão do processo de seleção, Ampla ou Restrita, dar-se-á mediante ato de homologação do responsável pela AMAVI, facultando-se a esta a submissão do processo à prévia análise jurídica e de adequação aos termos deste Regulamento.

**§ 1º** Considera-se responsável, para fins de aplicação da presente Resolução:

I - Para os processos de contratação por meio de Seleção Ampla, o Presidente da AMAVI;

II - Para os processos de contratação por meio de Seleção Restrita, o Secretário Executivo da AMAVI, ressalvados os casos onde este for o solicitante da contratação, quando então a homologação dar-se-á pelo Presidente da AMAVI;

III - Para as contratações urgentes mediante dispensa de seleção, o Secretário Executivo da AMAVI;

IV - Para as demais contratações por dispensa de seleção e nas contratações por inexigibilidade de seleção, o Presidente da AMAVI.

**§ 2º** O mesmo responsável para a homologação do processo incumbe a competência para assinar o contrato dela decorrente.

**§ 3º** É facultada a delegação da competência expressa no presente regulamento, mediante ato formal do responsável delegante.

**§ 4º** Nas contratações por Seleção Simplificada, caberá ao Secretário Executivo autorizar a contratação, cujo instrumento dispensará o ato de homologação final.

**§ 5º** Nas contratações por Compra Direta, caberá ao responsável pela realização da despesa escrever justificativa no verso da Nota Fiscal ou em documento apartado.

**Art. 13.** Em qualquer fase do processo de seleção os participantes poderão requerer esclarecimentos ou solicitar reconsideração das decisões exaradas, sem efeito suspensivo.

**Art. 14.** A AMAVI poderá, a qualquer momento, por ato do seu responsável, sob sua avaliação de conveniência, cancelar a seleção antes de assinado o contrato, sem que disso decorram quaisquer direitos aos interessados.

**Art. 15.** Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela AMAVI:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a AMAVI, bem como os membros da Diretoria Executiva da AMAVI;

II - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores;

III - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a AMAVI decorrente de penalidade aplicada previamente.

**Parágrafo único.** Fica ressalvada dos impedimentos previstos nos incisos I e II deste artigo a contratação de pessoa física ou jurídica nos termos do artigo 7º, I, IV, V, VI, VII, VIII e X, e nos termos do artigo 8º deste regulamento.

**Art. 16.** A AMAVI poderá se utilizar de quaisquer espécies contratuais previstas em lei ou que não sejam por ela defesas, a exemplo de contratos de prestação de serviços, de empreitada, de locação, de compra e venda, entre outros.

**Parágrafo único.** O contrato celebrado deverá conter, no mínimo, as seguintes cláusulas, conforme o caso:

I - Identificação dos sujeitos contratantes;

II - Identificação do objeto do contrato, incluindo, além da obrigação principal, as obrigações acessórias, quando houver;

III - As condições de extinção do contrato (pelo cumprimento, por rescisão e resolução), de exceção pelo descumprimento, de sub-rogação, bem como as cláusulas penais e previsão de juros para os casos de inadimplemento;

IV - O modo de pagamento, o qual será, preferencialmente, efetuado por depósito em conta corrente, após a apresentação, pelo contratado, da nota fiscal preenchida com a informação sobre a natureza do objeto contratado e, se necessário, de relatório de prestação dos serviços;

V - A possibilidade de rescisão pela vontade da AMAVI ou de ambas as partes;

VI - A possibilidade de resolução em razão do inadimplemento da obrigação pelo contratante ou da condição de onerosidade excessiva em face da AMAVI;

VII - A possibilidade de suspensão da obrigação da AMAVI em razão da não implementação da prestação imposta ao outro contratante;

VIII - O prazo do contrato, o qual deverá ser determinado e não poderá ser superior a 5 (cinco) anos;

IX - O critério de atualização financeira do preço contratado, mediante definição de índice oficial de correção monetária;

X - A aplicação de cláusula penal e juros moratórios àqueles que inadimplirem suas obrigações perante a AMAVI; e

XI - Exigência de acautelamentos para o adimplemento do contrato, tais como caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, quando o caso concreto recomendar.

**Art. 17.** A AMAVI publicará no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) o extrato do contrato celebrado, contendo as informações gerais sobre o objeto contratado, o preço a ser pago, o prazo de vigência e a identificação do contratado.

**Art. 18.** A AMAVI, por seus gestores, deverá zelar para que as pessoas físicas e jurídicas que com ela contratem guardem, antes, durante e após a execução do contrato, os princípios da boa-fé objetiva e da equidade, bem como garantir que os contratos da entidade estejam sempre funcionalizados em torno de seus objetivos sociais.

**Art. 19.** As contratações da AMAVI deverão observar o planejamento financeiro aprovado para cada exercício.

**Art. 20.** As novas relações contratuais da AMAVI, na medida de suas instrumentalizações e renovações, deverão obedecer às normas deste Regulamento, não se aplicando para os contratos atualmente vigentes com prazo determinado.

**Art. 21.** Os contratos atualmente vigentes com prazo indeterminado deverão ser denunciados ou renovados, de acordo com as regras do presente Regulamento, passando, a partir da renovação, a vigor por prazo determinado.